

Constituinte prepara o país para regime parlamentarista

BRASÍLIA — Cinco destaques aprovados pela maioria esmagadora dos integrantes da Comissão de Sistematização modificaram quase toda a estrutura do Capítulo III do projeto do relator Bernardo Cabral, que organiza a formação do governo no regime parlamentarista. Dos cinco destaques aprovados, um deles, a emenda do senador Nelson Carneiro, substituiu toda a seção I do capítulo. O resultado foi a execução exata dos acordos articulados ao longo dos últimos meses pelas diversas correntes parlamentaristas na Comissão de Sistematização, liderados pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e pelo deputado José Richa (PMDB-PR).

As inovações principais aprovadas foram: a criação de um conselho da oposição, que terá na Câmara o mesmo tratamento concedido por lei ao primeiro-ministro e aos membros do Conselho de Ministros, a exemplo do *Shadow Cabinet* da Inglaterra; a obrigatoriedade do comparecimento regular do primeiro-ministro ao Congresso Nacional; a Câmara dissolvida pelo presidente da República mantém as suas atribuições normais até que outra seja eleita e assumida; e a

instituição de um "funcionalismo de carreira".

Tratamento — O conselho de oposição foi criado através de emenda do senador Carlos Chiarelli. A emenda diz que "o líder de oposição e o colégio de seus vice-líderes autorizados a responder pelos assuntos correspondentes às pastas ministeriais existentes gozarão, no que couber, na forma regimental, de tratamento compatível com o concedido em lei ao primeiro-ministro e demais membros do Conselho de Ministros".

A modificação feita no substitutivo Cabral, para que não haja uma vacância de poder entre a dissolução de uma Câmara e eleição e posse de outra, tem um resultado prático importante, segundo a deputada Sandra Cavalcanti: não permitirá que, neste período, o presidente governe através de decretos-lei.

A sistemática de formação de um governo também mudou significativamente. No substitutivo de Cabral, o presidente tinha direito à nomeação de um primeiro-ministro que, após a constituição de seu gabinete, apresentaria à Câmara um programa de governo. Se fosse rejeitado, a Câmara elegeria um primei-

ro-ministro que obrigatoriamente deveria ser nomeado pelo presidente da República. Se o programa de governo deste também fosse rejeitado, o presidente poderia dissolver a Câmara. A emenda Nelson Carneiro, aprovada ontem, dá duas chances ao presidente para apresentar à Câmara programas de governo. Se dois gabinetes por ele nomeados forem derrubados sucessivamente, somente aí o Parlamento poderá eleger o seu primeiro-ministro. E somente após a rejeição deste último gabinete, o presidente poderá dissolver a Câmara.

A primeira emenda aprovada, do senador Nelson Carneiro, teve 62 votos favoráveis contra dois contrários e 10 abstenções. A do senador Carlos Chiarelli foi aprovada por 70 favoráveis, um contrário e sete abstenções. A segunda do deputado Carlos Chiarelli, que instituiu o *Shadow Cabinet*, foi aprovada por 60 votos favoráveis, 12 contrários e oito abstenções. A do deputado Egidio Ferreira Lima, que instituiu a obrigatoriedade do concurso para ingresso no serviço público, teve 67 votos favoráveis, um contrário e 11 abstenções. E a última, do deputado Jorge Hage, foi aprovada por 60 votos contra um.

Prisco acerta com Newton

Belo Horizonte — O ministro do Desenvolvimento Urbano e Habitação, deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), num encontro de quatro horas realizado no Palácio das Mangabeiras, obteve, como emissário especial do presidente da República, o apoio total do governador Newton Cardoso, que prometeu se empenhar pessoalmente na luta final do plenário da Constituinte, com o objetivo de tentar derrubar o sistema parlamentarista de governo e garantir os cinco anos de mandato para Sarney.

Prisco não veio apenas pedir o apoio do governador ao presidente. Ele ofereceu também a ajuda do seu Ministério a diversas reivindicações do governo mineiro. Anunciou, por exemplo, a liberação de recursos de CZS 2 bilhões 700 milhões para programas de habitação popular em 400 municípios mineiros. O ministro prometeu a Newton novos recursos para a área social e confirmou visita de Sarney a Belo Horizonte, no próximo dia 6.

Empenho total — O ministro do Desenvolvimento Urbano chegou a esta capital às 21h17min de sexta-feira, seguindo imediatamente para o Palácio das Mangabeiras, onde já o aguardava o governador Newton Cardoso. A conversa foi realizada em duas etapas. Na primeira, com a participação do deputado federal José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), quando Prisco disse que vinha para uma "visita de cortesia", como ministro, colocando-se à disposição do governador para desenvolver diversos programas na área social do estado. Seguiu-se o jantar, durante o qual conversaram sobre os diversos problemas do país, os trabalhos da Constituinte e assuntos relativos ao governo.

A segunda etapa da conversa versou especificamente sobre o empenho do presidente Sarney em garantir seus poderes presidenciais e cinco anos de mandato. Desta conversa, o deputado José Geraldo

Ribeiro não participou, pois ela se realizou a sós entre o governador e o ministro. Indagado sobre o encontro, o deputado José Geraldo Ribeiro não quis prestar nenhuma informação, afirmando que "só o governador e o ministro é que podem revelar o teor de suas conversações".

Compromisso — Prisco Vianna, que retornou pela madrugada a Brasília, sem prestar qualquer declaração à imprensa, colocou, para o governador Newton Cardoso, durante a conversa, segundo fontes palacianas, a posição do presidente Sarney diante da aprovação, pela Comissão de Sistematização, do sistema parlamentar de governo. O presidente pediu todo o empenho do governador de Minas, visando a derrubar, em plenário, o sistema parlamentar e, ainda, garantir os cinco anos de duração do seu mandato.

Prisco relatou para o governador as dificuldades que o presidente vem encontrando no PMDB e disse que ele esperava contar com o apoio do governador e de Minas Gerais, para "reversão do parlamentarismo em presidencialismo e cinco anos de mandato".

Foi feita, ainda, uma avaliação de quadro atual e de tendências da Constituinte e o ministro enfatizou que o presidente esperava apoio completo do governador.

O governador viajou ontem pela manhã para sua fazenda rio Rancho, em Pitangui, sem falar à imprensa. Garantiu ao ministro Prisco Vianna, segundo assessores, que o documento divulgado pelos governadores, no Rio de Janeiro, no dia 17 de outubro, "estava de pé", porque eles não alteraram sua posição. Revelou, ainda, que, na próxima terça-feira, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, virá a Minas, para conversarem sobre a crise. E está certo de que os governadores vão se empenhar para que a decisão do Rio prevaleça na Constituinte.

Presidente não abandona a luta

O presidente José Sarney decidiu, ontem, que continuará atuando, na Assembleia Nacional Constituinte para fazer prevalecer no plenário, a tese do sistema presidencialista de Governo por entender que o parlamentarismo, aprovado pela Comissão de Sistematização é falho. Ele recebeu em seu sítio de São José do Pericumã, nos arredores de Brasília, o ministro da Justiça, Paulo Brossard, com quem discutiu, durante três horas, o parlamentarismo aprovado pela Constituinte.

De chapéu preto, de feltro, terno e gravata azuis, acompanhado de sua mulher, Lúcia, o ministro Brossard, bem humorado, deixou o sítio do Pericumã às 15h, comentando a beleza da região. "Com essas chuvas, o sítio do presidente voltou a florescer e está muito bonito", disse, tentando fugir às perguntas dos jornalistas. Admitiu que a EBN, empresa Brasileira de Notícias, será transferida de sua pasta para a Presidência da República, mas afirmou que esse assunto não foi abordado em suas conversas com o presidente. "Conversamos sobre a situação política nacional e voltaremos a esse tema na próxima semana".

Preocupado — Dizendo-se um parlamentarista convicto, Brossard disse que não concorda com a proposta do deputado Bernardo Cabral, porque ele retira do chefe do Estado uma de suas principais atribuições, a de intermediação nas crises. "Este projeto que foi aprovado, pelo amor de Deus, é de deixar qualquer um preocupado".

Segundo ele, o sistema parlamentarista é "extremamente simples" e se caracteriza pelo equilíbrio dos poderes Executivo e Legislativo e pela função arbitral do presidente da república. "Como está, esse sistema não vai funcionar. Ele só prevê a dissolução do Congresso em hipóteses muito remotas", explicou.